

Ensino superior no Piauí: trajetórias históricas, desafios e o papel da interiorização

Higher education in Piauí: historical developments, challenges, and the role of regionalization

La educación superior en Piauí: trayectoria histórica, retos y el papel de la interiorización

DOI: 10.54901/educa.v9-599

Daniel Carlos de Andrade Neto¹
Márcio Aurélio Carvalho de Moraes²
José Welton Carvalho Sousa³
Aureliano Machado da Silva⁴
Amílcar Ximenes de Albuquerque Júnior⁵
Allan Kout Lima de França⁶
Rafael Castello Branco Ciarlini⁷
José Rômulo Plácido II⁸
Arcângela Mayara Luz Santos⁹
Ailyson Kaíque Lima de França¹⁰
Maria José Mendes Neta¹¹

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória histórica e o cenário contemporâneo do ensino superior no estado do Piauí, com ênfase nos processos de interiorização, nos desafios relacionados ao acesso e à permanência estudantil e nas perspectivas para o desenvolvimento da educação superior. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, complementada pela análise descritiva de dados secundários extraídos do *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026*, elaborado pelo Instituto Semesp. Inicialmente, discutem-se os processos históricos de constituição da educação piauiense, desde o período colonial até a consolidação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em seguida, são analisados indicadores referentes às matrículas, à distribuição territorial das instituições, à expansão da modalidade de educação a distância, aos índices de evasão e às políticas de permanência

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Floriano, Piauí, Brasil.
E-mail: daniel.andrade@ifpi.edu.br

² Doutor em Geografia, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: marcio@ifpi.edu.br

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campo Maior, Piauí, Brasil.
E-mail: jweltoncs@gmail.com

⁴ Mestrando, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: aureliano@ifpi.edu.br

⁵ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: amilcar.albuquerque@ifpi.edu.br

⁶ Mestre em Ciências da Propriedade Intelectual, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: allankout@gmail.com

⁷ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: rafael.ciarlini@ifma.edu.br

⁸ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: joseromulooii@gmail.com

⁹ Especialista em Saúde e Direito, Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: amayluz@gmail.com

¹⁰ Especialista em Direito Imobiliário, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: ailysonkaique@ifpi.edu.br

¹¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina, Piauí, Brasil.
E-mail: mjmdesneta2018@gmail.com

estudantil. Os resultados evidenciam avanços significativos na ampliação da oferta de ensino superior, especialmente por meio da interiorização e da expansão das instituições públicas e privadas. Entretanto, permanecem desafios relacionados à concentração das matrículas na capital, às desigualdades regionais, à elevada evasão no setor privado e às limitações das políticas de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Conclui-se que a consolidação do ensino superior no Piauí depende da articulação entre expansão, qualidade acadêmica, inclusão social e fortalecimento das políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à permanência estudantil.

Palavras-chave: ensino superior; Piauí; interiorização; permanência estudantil; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A análise do ensino superior no Brasil requer um olhar atento às particularidades regionais, uma vez que a distribuição de instituições, vagas e recursos educacionais reflete as desigualdades socioeconômicas e territoriais que caracterizam o país. Nesse contexto, o estado do Piauí apresenta uma trajetória singular, marcada por um processo histórico de implantação da educação formal desenvolvido de maneira lenta e permeado por desafios estruturais que influenciam, ainda hoje, a configuração do ensino superior. Conforme destacam Santos e Ferro (2023), a história da educação piauiense foi construída entre avanços graduais e limitações relacionadas à escassez de professores, à insuficiência de infraestrutura escolar e à distância entre as políticas educacionais instituídas e sua efetiva implementação.

Compreender o cenário atual do ensino superior piauiense exige, portanto, considerar esse percurso histórico. A formação tardia das instituições educacionais, a concentração dos investimentos na capital e as dificuldades de expansão para o interior constituem fatores que ajudam a explicar desafios contemporâneos, como as desigualdades no acesso, a permanência estudantil e a distribuição territorial das instituições de ensino superior.

Dados recentes reforçam a relevância dessa discussão. O *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026*, elaborado pelo Instituto Semesp, revela que o país alcançou 10,23 milhões de matrículas em 2024, representando crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior (Instituto Semesp, 2026). Apesar desse avanço, persistem importantes desigualdades regionais. No Piauí, por exemplo, observa-se expansão do ensino superior, sobretudo por meio da interiorização da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do crescimento das instituições privadas e da ampliação da educação a distância. Entretanto, permanecem desafios relacionados à concentração das

matrículas na capital, à elevada evasão no setor privado e às dificuldades de permanência enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a trajetória histórica da educação no Piauí contribui para compreender os desafios contemporâneos relacionados à expansão, à interiorização e à permanência no ensino superior do estado?

Assim, este artigo tem como objetivo geral analisar as trajetórias históricas e os desafios contemporâneos do ensino superior no Piauí, considerando suas bases históricas, as políticas educacionais e os indicadores estatísticos mais recentes. Especificamente, busca: (a) apresentar aspectos históricos da educação piauiense que contribuíram para a constituição do sistema de ensino superior; (b) caracterizar o cenário atual da educação superior no estado com base nos dados do *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026*; e (c) discutir os principais desafios e perspectivas relacionados à interiorização, à permanência estudantil e às políticas de democratização do acesso.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais referentes à história da educação e ao ensino superior no Piauí. Complementarmente, realizou-se análise descritiva de dados secundários extraídos do *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026*, elaborado pelo Instituto Semesp, permitindo caracterizar o cenário contemporâneo do ensino superior piauiense quanto às matrículas, à distribuição territorial das instituições, à interiorização, à evasão e à permanência estudantil. A interpretação dos resultados foi realizada à luz da literatura especializada, buscando relacionar a trajetória histórica da educação piauiense aos desafios atuais da educação superior.

2 TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

2.1 A Educação no Período Colonial e Imperial

A história da educação no Piauí insere-se no contexto mais amplo da educação brasileira, marcada, em seus primórdios, pela atuação dos jesuítas e, posteriormente, pelas reformas promovidas pelo Marquês de Pombal (Santos & Ferro, 2023). No entanto, a implementação efetiva de um sistema educacional na província do Piauí enfrentou obstáculos significativos, decorrentes de fatores geográficos, econômicos e políticos (Brito, 1996; Ferro, 1996; Sousa Neto, 2013).

Diferentemente de outras capitanias, onde os jesuítas desenvolveram ampla atividade educacional fundamentada no *Ratio Studiorum* — plano de estudos que orientava a prática pedagógica da Companhia de Jesus em todo o mundo (Saviani, 2009), no Piauí a atuação dos inicianos assumiu contornos eminentemente administrativos. De acordo com Brito (1996), as fazendas legadas por Domingos Afonso Mafrense ao Colégio da Bahia absorveram a atenção dos padres de tal modo que não lhes restava espaço para atividades culturais e educacionais. Ferro (1996) corrobora essa análise ao afirmar que, no Piauí, os jesuítas atuaram menos como educadores e mais como missionários na catequese e como administradores das propriedades que mantinham financeiramente os colégios da Bahia.

A ausência de uma educação jesuítica estruturada no Piauí insere-se em uma lógica mais ampla de colonialismo e dominação. Pachêco Júnior e Melo (2024) argumentam que a ideia de sujeito na sociedade piauiense oitocentista foi construída em estreita relação com a ideia de poder, de modo que ser sujeito implicava ser livre e detentor de propriedades, o que excluía escravizados negros e indígenas, além de homens livres e pobres. Segundo os autores, "o ensino serviu como ferramenta de imposição cultural e reprodução social, beneficiando uma elite fundiária em detrimento de indígenas, libertos e negros escravizados" (Pachêco Júnior & Melo, 2024, p. 2).

A primeira tentativa documentada de implantação de um estabelecimento de ensino no Piauí ocorreu em 1711, quando os jesuítas obtiveram licença, mediante alvará, para criar o *Externa Hospitalo da Companhia de Jesus* (Santos & Ferro, 2023). Contudo, conforme apontam Santos e Ferro (2023), esse empreendimento não chegou a existir em razão de problemas logísticos, como a distância e a dificuldade de comunicação na província. Essa frustrada iniciativa revela um padrão que se repetiria ao longo dos séculos seguintes: a distância entre o instituído as leis, decretos e alvarás que previam a instrução e o executado a realidade material da província, marcada pela escassez de professores e pela falta de estrutura (Santos & Ferro, 2023).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, promovida pelo Marquês de Pombal por meio do Alvará Régio, instaurou-se um processo de laicização da instrução com a criação das Aulas Régias (Villela, 2000). Segundo Villela (2000), a expulsão dos inicianos dos domínios portugueses marcou o início de um processo de laicização da instrução na colônia, com o envio de professores régios. No entanto, no Piauí, essa reforma não se traduziu em melhoria efetiva. Pachêco Júnior e Melo (2024) demonstram que, durante boa parte do século XVIII, a pretensão de estabelecer um sistema oficial de ensino não logrou êxito na província. Conforme registra Anísio Brito (1922, apud Pachêco Júnior & Melo, 2024), todas as capitanias ostentavam escolas

leigas, com exceção do Piauí, que desde fins do século XVIII implorava à metrópole portuguesa a criação de escolas. Pachêco Júnior e Melo (2024, p. 7) afirmam que "embora houvesse um interesse mesmo que secundário por parte da coroa em estabelecer um sistema oficial de ensino, durante boa parte do século XVIII essa pretensão não logrou êxito na província do Piauí".

A escassez de instituições formais de ensino fez com que a educação no Piauí, durante os séculos XVIII e XIX, ocorresse preponderantemente em espaços não institucionais: nas fazendas, nas casas particulares e, mais tarde, nos grupos escolares (Santos & Ferro, 2023). Santos e Ferro (2023) observam que a instrução no Piauí se desenvolveu a passos mais lentos que em outros estados, iniciando nas fazendas e nas casas particulares, para somente depois se institucionalizar nos grupos escolares. A figura central desse processo foi o mestre-escola, pessoa de pouca instrução formal que, conforme Pinheiro (2017), sanava a carência de professores formados e de escolas municipais e estaduais. Santos e Ferro (2023) caracterizam esses mestres como pessoas humildes, que percorriam as vilas oferecendo serviços de alfabetização.

A situação de precariedade do ensino no Piauí, conforme demonstram os relatórios presidenciais da época citados por Pachêco Júnior e Melo (2024), não decorreu apenas da falta de recursos, mas de um deliberado desinteresse das elites políticas e econômicas. Pachêco Júnior e Melo (2024) argumentam que o ensino, na lógica colonial, funcionou como mecanismo de controle, construído para beneficiar a elite fundiária em detrimento das camadas populares. Essa análise encontra eco no conceito de "reprodução cultural" formulado por Bourdieu (1992), segundo o qual o sistema educacional, embora aparentemente autônomo, seleciona e perpetua as qualidades inculcadas no grupo social dominante. Pachêco Júnior e Melo (2024) aplicam esse conceito ao contexto piauiense ao demonstrarem que o ensino oficial, por meio da burocratização e do distanciamento geográfico e cultural da população interiorana, impunha condições que mantinham os grupos subalternizados à margem do processo educativo.

A herança desse processo histórico é duradoura. Brito (1996) sistematiza a história do ensino no Piauí em quatro fases: Implantação (1733-1845), Estruturação (1845-1910), Consolidação (1910-1961) e Sistematização (a partir de 1961), demonstrando que a efetivação de um sistema educacional no estado se deu de forma tardia e marcada por dilemas e contradições. Santos e Ferro (2023, p. 15) sintetizam essa trajetória ao afirmarem que:

o estudo mostrou que a questão da instrução escolar na região da província do Piauí e já no próprio Estado ocorreu a passos lentos e se desenhou a partir de dilemas, controvérsias e paradoxos entre o instituído e o executado, sendo marcada pela escassez de professores e falta de estrutura nas primeiras escolas.

Essa precariedade estrutural, forjada ao longo dos séculos coloniais e imperiais, lançou raízes profundas que se estenderiam pelo século XX, condicionando o desenvolvimento tardio do ensino superior no Piauí e perpetuando desigualdades regionais que ainda hoje desafiam as políticas educacionais no estado (Brito, 1996; Santos & Ferro, 2023).

2.2 O Século XX e a Institucionalização do Ensino

O século XX representou um período de transformações para a educação piauiense, com a gradual institucionalização de sistemas de ensino e a criação de instituições que viriam a formar a base do que hoje se conhece como educação superior no estado.

A pesquisa de Ferro (1996), intitulada "Educação e Sociedade no Piauí Republicano", oferece elementos importantes para a compreensão desse período. A autora analisa como as mudanças políticas e sociais ocorridas com a Proclamação da República influenciaram as discussões sobre a educação no estado. O período republicano trouxe consigo novos ideais de progresso e civilização, nos quais a instrução pública ocupava lugar central. No entanto, a efetivação desses ideais esbarrava em estruturas sociais profundamente enraizadas, que mantinham a educação como privilégio de poucos (Ferro, 1996).

O processo de feminização do magistério, estudado por Lopes (1996) como um fenômeno nacional, também encontrou expressão no Piauí. Em sua obra "Benméritas da instrução: a feminização do magistério primário piauiense", Lopes (1996) demonstra como a inserção das mulheres no magistério contribuiu para a expansão da educação básica, mas também reproduziu desigualdades de gênero, ao associar o trabalho docente a atributos considerados "naturalmente" femininos, como a docilidade e a paciência. O autor argumenta que a feminização do magistério foi um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que ampliou o acesso à educação, reforçou a divisão sexual do trabalho e a desvalorização social da carreira docente (Lopes, 1996).

Foi apenas na segunda metade do século XX que o ensino superior começou a se consolidar no Piauí. A criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a partir da federalização da Faculdade de Direito e de outras instituições isoladas, representou um marco nesse processo (Brito, 1996). A UFPI tornou-se a principal instituição de ensino superior do estado, responsável pela formação de grande parte dos quadros profissionais piauienses e pela produção de conhecimento sobre a realidade regional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Panorama Atual do Ensino Superior no Piauí

Os dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026 revelam que o Piauí possui um total de **148.716 matrículas** no ensino superior em 2024, distribuídas entre as redes pública e privada (Instituto Semesp, 2026, p. 228). Desse total, **65,5% estão na rede privada**, o que coloca o estado ligeiramente abaixo da média nacional de participação do setor privado (79,8%) (Instituto Semesp, 2026, p. 15).

A distribuição geográfica das matrículas no Piauí é bastante desigual, refletindo a concentração histórica de instituições na capital e em poucos centros urbanos do interior. De acordo com o Mapa, o estado possui **47 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos presenciais**, distribuídas por suas quatro mesorregiões: Centro-Norte, Norte, Sudeste e Sudoeste Piauiense (Instituto Semesp, 2026, p. 229). A mesorregião Centro-Norte, onde se localiza a capital Teresina, concentra a maior parte das matrículas presenciais, com **58.389 alunos**, seguida pelo Sudoeste (7.609), Sudeste (6.113) e Norte (14.266) (Instituto Semesp, 2026, p. 229).

Essa concentração confirma a tese de Brito (1996) de que a interiorização da educação no Piauí sempre foi um desafio estrutural, decorrente da própria configuração socioeconômica do estado. A capital, como centro político e econômico, atraiu os investimentos educacionais, enquanto o interior permaneceu historicamente desassistido.

No que se refere às matrículas em cursos EAD, o Piauí apresenta **62.339 matrículas** nessa modalidade, representando **41,9% do total de matrículas no estado** (Instituto Semesp, 2026, p. 228). A rede privada detém **85,0% das matrículas EAD**, enquanto a rede pública responde por 15,0% (Instituto Semesp, 2026, p. 229). A distribuição por mesorregião mostra que a EAD também está concentrada no Centro-Norte (29.966 matrículas), seguida pelo Sudoeste (9.857), Norte (9.624) e Sudeste (12.892) (Instituto Semesp, 2026, p. 229).

A evolução das matrículas presenciais no Piauí entre 2014 e 2024 revela uma trajetória de crescimento moderado, com oscilações. Em 2014, o estado registrava **53.628 matrículas presenciais**; em 2024, esse número chegou a **86.377**, um crescimento de cerca de **61%** no período (Instituto Semesp, 2026, p. 230). No entanto, esse crescimento não foi linear: houve uma queda entre 2018 e 2020, seguida de uma retomada a partir de 2021. A rede pública

apresentou um comportamento mais estável, enquanto a rede privada foi a principal responsável pela expansão, especialmente a partir de 2020 (Instituto Semesp, 2026, p. 230).

3.2 A Interiorização do Ensino Superior, as Políticas de Inclusão e os Desafios da Permanência Estudantil

A ampliação da oferta de vagas promovida pelo processo de interiorização também pode ser observada por meio dos indicadores de ingresso e conclusão dos cursos superiores. Esses indicadores permitem avaliar não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a capacidade das instituições de assegurar a continuidade da trajetória acadêmica dos estudantes.

Em 2024, o estado do Piauí registrou 60.119 ingressantes no ensino superior, dos quais 58,2% ingressaram em cursos na modalidade de educação a distância (EaD) e 41,8% em cursos presenciais (Instituto Semesp, 2026, p. 228). Esse resultado acompanha a tendência nacional de expansão da EaD como principal porta de entrada para a educação superior, sobretudo entre estudantes que necessitam conciliar formação acadêmica, trabalho e responsabilidades familiares.

Entretanto, quando se analisam os concluintes, observa-se uma dinâmica distinta. No mesmo período, o estado registrou 17.619 concluintes, sendo 68,0% provenientes de cursos presenciais e apenas 32,0% da modalidade a distância (Instituto Semesp, 2026, p. 228). Essa diferença sugere que, embora a EaD amplie significativamente o acesso ao ensino superior, a modalidade presencial continua apresentando maior capacidade de conduzir os estudantes à conclusão da graduação.

Outro indicador relevante é a taxa de escolarização líquida da população de 18 a 24 anos. Embora o *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026* não apresente esse índice especificamente para o Piauí, os dados nacionais indicam que apenas cerca de 27% dos jovens dessa faixa etária encontram-se matriculados no ensino superior, percentual inferior à meta de 33% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Instituto Semesp, 2026, p. 32). Considerando o histórico de desigualdades educacionais do estado e a concentração da oferta em determinadas regiões, é plausível inferir que o Piauí ainda enfrenta dificuldades para alcançar níveis mais elevados de escolarização superior, reforçando a importância das políticas de interiorização e democratização do acesso.

Todavia, ampliar o ingresso representa apenas uma etapa do processo de democratização da educação superior. A permanência dos estudantes constitui um desafio

igualmente relevante, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

A evasão permanece como um dos principais problemas enfrentados pelo ensino superior brasileiro e também pelo sistema educacional piauiense. Conforme o *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026*, a taxa de desistência acumulada dos cursos presenciais da rede privada no estado alcança 51,6%, o menor percentual do Nordeste, mas ainda suficientemente elevado para indicar que mais da metade dos estudantes não conclui a graduação (Instituto Semesp, 2026, p. 232). Embora não existam dados específicos para a modalidade EaD no estado, os indicadores nacionais apontam taxas igualmente elevadas, sugerindo que esse desafio também afeta significativamente os estudantes piauienses.

Araújo *et al.* (2019) demonstram que a assistência estudantil constitui elemento fundamental para reduzir a evasão, embora os programas existentes ainda sejam insuficientes para atender às múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes. Nessa perspectiva, os autores defendem que a assistência estudantil deve ser compreendida como política pública estruturante, indispensável para garantir igualdade de oportunidades no ensino superior.

Na mesma direção, Oliveira (2018), ao analisar as políticas de acesso e permanência dos estudantes cotistas da UFPI, evidencia que dificuldades relacionadas à moradia, alimentação, transporte, renda familiar e necessidade de conciliar trabalho e estudo continuam comprometendo a permanência acadêmica. A autora argumenta que as políticas de acesso representam importante avanço, mas somente produzem resultados efetivos quando acompanhadas por ações permanentes de assistência estudantil, apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial.

Batista e Silva (2021) também ressaltam que a UFPI desenvolveu importantes programas de permanência, como bolsas, auxílio moradia, restaurante universitário e outras modalidades de assistência estudantil. Entretanto, os autores observam que limitações orçamentárias e a elevada demanda pelos benefícios reduzem o alcance dessas políticas, dificultando o atendimento integral dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Complementando essa discussão, Silva *et al.* (2012), em estudo realizado na própria UFPI, identificaram que fatores como dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, insatisfação com o curso e insuficiência de apoio institucional contribuem significativamente para a evasão acadêmica. Esses resultados reforçam a compreensão de que a permanência estudantil depende não apenas de condições financeiras, mas também de ações institucionais voltadas ao acolhimento, ao acompanhamento pedagógico e ao fortalecimento dos vínculos acadêmicos.

Essa perspectiva é corroborada por Ganam e Pinezi (2021), que defendem uma abordagem multidimensional da permanência universitária, considerando simultaneamente fatores materiais, acadêmicos e psicossociais. No contexto piauiense, essa discussão torna-se especialmente relevante diante da crescente interiorização da educação superior, uma vez que estudantes oriundos de municípios distantes frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados ao deslocamento, à adaptação à vida universitária e ao afastamento de suas redes familiares de apoio.

Dessa forma, a democratização do ensino superior no Piauí não pode ser compreendida apenas pela expansão do número de vagas ou pela criação de novos campi universitários. Sua consolidação depende da articulação entre políticas de acesso, permanência estudantil, assistência social, qualidade da formação e redução das desigualdades regionais, garantindo que a ampliação do ingresso seja acompanhada por condições efetivas para a conclusão da formação superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a trajetória histórica e o cenário contemporâneo do ensino superior no estado do Piauí, evidenciando que sua consolidação resultou de um processo gradual de expansão institucional, marcado por avanços significativos nas últimas décadas. A pesquisa demonstrou que a criação e a interiorização da Universidade Federal do Piauí (UFPI), associadas à ampliação da participação das instituições privadas e ao crescimento da educação a distância, contribuíram para ampliar o acesso à educação superior. Entretanto, a análise dos dados do *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2026* revelou que persistem desafios relacionados à concentração regional das matrículas, aos índices de evasão, às desigualdades de acesso e às limitações das políticas de permanência estudantil, indicando que a democratização do ensino superior ainda constitui um processo em construção.

Os resultados também evidenciaram que a expansão quantitativa do sistema precisa ser acompanhada por políticas públicas capazes de assegurar condições efetivas de permanência e conclusão dos cursos. Nesse contexto, estudos realizados na UFPI demonstram que programas de assistência estudantil, ações afirmativas e iniciativas de apoio acadêmico desempenham papel fundamental na redução das desigualdades educacionais, especialmente entre estudantes oriundos de grupos socialmente vulneráveis e de municípios do interior do estado. Dessa forma, o fortalecimento dessas políticas mostra-se indispensável para que a ampliação do acesso se traduza em inclusão educacional efetiva e em formação superior de qualidade.

Por fim, conclui-se que o futuro do ensino superior no Piauí depende da articulação entre expansão, qualidade acadêmica, interiorização e permanência estudantil. Além da continuidade dos investimentos em infraestrutura, pesquisa, extensão e formação de recursos humanos, torna-se necessário aperfeiçoar políticas de financiamento, assistência estudantil e desenvolvimento regional, de modo a reduzir as desigualdades ainda existentes. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre o ensino superior piauiense e sirva como subsídio para novas pesquisas e para a formulação de políticas públicas voltadas à consolidação de um sistema de educação superior mais inclusivo, equitativo e socialmente comprometido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. A. de L.; ANDRIOLA, W. B.; CAVALCANTE, S. M. de A.; CHAGAS, D. M. M. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. Avaliação (Campinas)**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 722-743, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BATISTA, Maria do Carmo de Souza; SILVA, Lázara Cristina da. Políticas de permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí: aspectos de sua operacionalização. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 30, p. 1-23, jan./dez. 2021. DOI: 10.29286/rep.v30ijan/dez.8198. Disponível em: <https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8198>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos de uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: ADUFPI, 1996.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Benméritos da instrução**: a feminização do magistério primário piauiense. Fortaleza: UFC/PPGE, 1996.

OLIVEIRA, Elis Rejane Silva. **A reprodução das desigualdades sociais nas políticas de acesso e permanência dos alunos cotistas da UFPI**. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1572/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20em%20Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20na%20UFPI.pdf>

3%A3o%20Elis.%20vers%C3%A3o%20final%20ap%C3%B3s%20defesa___Atual.pdf?sequ
ence=1. Acesso em: 4 jul. 2026.

PACHÊCO JÚNIOR, Manoel Rodrigues; MELO, Salânia Maria Barbosa. Educação e Colonialismo no Piauí: os múltiplos sistemas de ensino e suas finalidades. **History of Education in Latin America - HistELA**, Natal, v. 7, n. 1, e38030, 2024. DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38030. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38030>. Acesso em: 4 jul. 2026.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **Entre o giz e a viola**: práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971). Teresina, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

SANTOS, José Marcelo Costa dos; FERRO, Maria do Amparo Borges. Trajetórias históricas da educação no Piauí. **Revista Amazônida**, Manaus, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/12508>. Acesso em: 4 jul. 2026.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, F. I. C. da; RODRIGUES, J. D. P.; BRITO, A. K. A.; FRANÇA, N. M. de. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí. **Avaliação (Campinas)**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 391-404, jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772012000200006>. Acesso em: 4 jul. 2026.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos**: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

VILLELA, Heloísa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.